Maria de Fátima dos Santos Porto

Depoimentos

Enviado por : marina
Enviado em: 04/10/2012 15:50:00

Meu nome é Maria de Fátima dos Santos Porto, mas sou conhecida como Fátima Porto. Nasci em Governador Valadares, mas fui criada em Mantena. Em 1972, aos 17 anos, vim para Belo Horizonte com minha irmã, morar no bairro Monsenhor Messias. Meu irmão já estava aqui jogando no América. Minha mãe estava doente, meu pai, que era ourives, não conseguiu mais manter a família no interior, devido à queda do café. Somente em 1973 que mamãe veio com os outros filhos e em seguida o papai.
Quando chegamos nem existia o Jardim Montanhês. A gente tinha que subir lá no Caiçaras e dar a volta para chegar aqui. A Avenida Pedro II terminava na Rua Henrique Gorceixs, onde atualmente fica localizado o Rua Apolo, justamente na rua em que morávamos. Do ponto em que a Rua Apolo terminava em diante era um brejo e as casinhas ficavam umas distantes das outras.
Foi em 1978 que compramos o lote em que meus pais residem atualmente. Nessa época duas fazendas estavam sendo loteadas, uma se chamava Jardim Montanhesa e a outra Minas Gerais. As pessoas costumavam visitar as duas, mas como os donos da primeira fazenda eram mais populares e comercializavam produtos diversos, as pessoas diziam: Vou lá no Jardim Montanhesa.
Quando eu vim para o Jardim Montanhês eu já estava casada. Antes morei no Monsenhor Messias e no Adelaide. Nunca existiu o bairro Jardim Montanhês, nem Montanhesa, apenas a fazenda. Mas a região ficou tão conhecida como Jardim Montanhês, de modo que até o Centro de Saúde passou a se chamar Jardim Montanhês. Apesar disso, o bairro foi registrado como Minas Gerais. Essa região é composta por muitos bairros pequenos. Após o Minas Gerais está o Dona Adelaide que alguns conhecem como Caiçaras , depois vem o Monsenhor Messias, que não é Monsenhor Messias e sim Vila Futuro. Em seguida está o Caiçaras, que se divide em vários: Caiçaras São Geraldo, Caiçaras Bálsamo, Alto dos Caiçaras. Mas na realidade todo mundo fala que mora no Caiçaras.
A história sobre os nomes dos bairros é muito interessante. Os nomes dos padres acabaram dando nome aos bairros. O bairro Padre Eustáquio não existe, na realidade é o Sagrados Corações. O bairro Monsenhor Messias recebeu este nome porque as pessoas tinham o costume de falar: vou lá no Monsenhor Messias, ou seja, vou lá no convento ver o Monsenhor Messias. O Caiçaras por pouco não passou a chamar Padre Lúcio. Ao invés de vir à igreja Rainha da Paz, todos vinham no Padre Lúcio. Mas como ele foi para a igreja do Padre Eustáquio, não se criou o vínculo.
Uma das figuras políticas importantes daqui era o Ivo Queiroz, compadre do Sérgio Ferrara. Ele era presidente do Sparta, um clube na Rua Castigliano, esquina com a Avenida Pedro II. Tudo que acontecia no bairro ele estava envolvido. Depois que o Ivo morreu, o Sérgio Ferrara começou a atuar mais, hoje os acontecimentos são liderados por grandes nomes de pessoas cristãs e comprometidas com a comunidade.

Abertura da Avenida Pandiá Calógeras

O Jardim Montanhês ficava na parte de cima da BR e já tinha associação de bairro. Com isso, tudo que tentávamos discutir em nome do Jardim Montanhês, perdíamos. Todas as conquistas do Orçamento Participativo (OP) eram direcionadas para a parte de cima do Jardim Montanhês, que era percebida pela prefeitura como anexa ao Jardim Alvorada - que também não existe, sendo na realidade o bairro Manacás. Entre 1993 e 1994, decidimos registrar a associação do bairro Minas Gerais. Por meio do Orçamento Participativo discutimos a abertura da Avenida Pandiá Calógeras. O pessoal da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) tinha a mania da época da Direita de tratar os assuntos em cima de papel, com base em dados projetados há dois mil anos atrás.
Do portão dos fundos da minha casa para cima é o bairro Minas Gerais, que parte da Rua Vila Rica, passa pelo aeroporto Carlos Prates e termina na Avenida Pedro II e na BR. A parte de baixo, onde passa a Avenida Pandiá Calógeras, era parte do bairro São José. O bairro era divido pela BR, como um Muro de Berlim. Durante a elaboração do Orçamento Participativo, discutimos com a prefeitura para que essa parte do bairro São José se ligasse ao Minas Gerais.
Eu e minha mãe fomos para o Orçamento Participavo, Neila Batista era a Administradora Regional, e

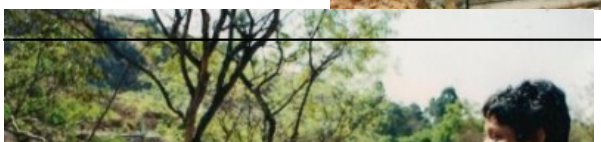
conseguimos aprovar a primeira verba para a abertura da Avenida Pandiá Calógeras. O projeto não contemplava o reassentamento das famílias que moravam no trecho em que a avenida seria aberta. Então eu questionei o engenheiro da SUDECAP sobre o reassentamento. Ele dizia que não estava no projeto e eu rebatia dizendo que teria que estar, porque naquele formato ele não seria aprovado. Após a aprovação do projeto, tivemos que repassar o dinheiro da obra para a Urbel fazer a desocupação.



Local onde seria construída a Avenida Pandiá Calógeras A gente tinha um coletivo de delegados formadores de opinião, composto por pessoas da Comissão Local de Saúde e ligadas à Igreja Católica liderados pelo Padre Lúcio, que provocava a comunidade. Participamos do pior momento do Orçamento Participativo, porque as pessoas começaram a se digladiar, era uma disputa grande para aprovar as obras. Porém como em 1996 eu havia sido candidata à vereadora eu estava com um know how com o Patrus, escrevi um relatório. Mas como meu vocabulário é muito coloquial, um engenheiro chamado Guilherme, que era braço direito do Padre Lúcio, reescreveu o projeto em nome da comissão local e foi uma maravilha!

No pleito de 1997, me lembro que havia três milhões para toda a regional noroeste, um milhão seiscentos e cinquenta mil ficaram somente para os dois quarteirões em que seria aberta a Avenida Pandiá Calógeras. A obra se tornou política, além é claro de prioritária por se tratar de saneamento e reassentamento, tinha que sair de qualquer jeito, mas isso só ocorreu em 2000, porque reassentar as pessoas é uma questão muito delicada. Não é possível dizer: saia deste lugar que aí vai ser uma rua. As pessoas não ocupam os espaços porque querem, mas porque não tem como comprar em outro lugar. Assim, foi um reassentamento muito lento e muito bem direcionado, porque cada pessoa teve a possibilidade de escolher para onde iria. O morador indicava o local e a prefeitura verificava se tinha condições de comprar. Apesar da demora, a desocupação foi realizada. Entre 1999 e 2000 avenida foi aberta e virou essa maravilha. Nós dizemos que moramos na sétima maravilha do Caiçaras!





Construção da Avenida Pandiá Calógeras Avenida Pandiá Calógeras concluída

Com o dinheiro que sobrou nós aprovamos o projeto da Rua Prentice Coelho, que era outra obra ribeirinha do Caiçaras. Mas entre a Prentice Coelho e a Pandiá Calógeras, tem a Rua Antônio Henrique Alves. Devido algumas discordâncias no projeto, por fim nós fizermos a obra na Prentice e no meio ficou a Antônio Henrique Alves pendente.

Passeio do centro de saúde à escola

Em 1987, estávamos construindo o centro de saúde e conseguimos negociar com a SUDECAP o passeio do centro de saúde até a Escola Estadual Eliseu Laborne e Vale, porque em dias de chuva era muito difícil para os alunos passarem. Quem morava aqui tinha que dar a volta lá em cima para chegar à escola. Quando fui comunicar à diretora, Dona Efigênia, e pedir a ela que orientasse os alunos a terem cuidado para não pisar no concreto, ela não acreditou que a obra seria feita. Mas eu disse para ela ficar tranquila que no dia seguinte eu iria até à escola com o pessoal para começar a obra e apresenta-los a ela.

Naquela época era muito conturbado porque eu trabalhava na Móveis Fátima e ainda tinha três filhos para criar. O que não estava dando muito certo. Mas aquela era justamente a época do Plano Collor e meu marido havia perdido o emprego. Conforme prometido fui falar com a Dona Efigênia sobre a obra. Três horas da tarde ela me ligou me perguntando: Você ainda quer dar aula?.

Desde 1986 eu tentava dar aula em alguma escola. De 1978 a 1984 eu trabalhei na Mesbla Veículos, na Avenida Contorno. Em 1986 eu prestei concurso para o Estado, mas naquela época só entrava quem as diretoras queriam. Então você precisava ser indicado por uma pessoa com muita influência. Havia diretora que fazia chamada dia de domingo à noite para você não participar. Sem conseguir dar aula eu continuei trabalhando no comércio: na Faial, na Mesbla Veículos, trabalhei por conta própria com minha prima e depois fui ser cabeleireira no Julia s Salão SPA.

Trabalhei todo o ano de 1991 como contratada da escola. Mas chegando novembro, meu concurso ia vencer. Então, o governador, Hélio Garcia, nos orientou a fazer a reopção. Eu tive que ir para Santa Luzia, com três filhos pequenos. Trabalhava de manhã no salão da minha irmã e iniciava minhas atividades às três horas da tarde em Santa Luzia. Fiquei dois anos em Santa Luzia, até que em 1995 fui atuar na Escola Estadual Jornalista Jorge Paes Sardinha, em Belo Horizonte. No ano seguinte voltei para o bairro. Eu dava aula de primeira à quarta série. Aposentei trabalhando para essa faixa etária. Hoje trabalho na Prefeitura com Educação Infantil. **Creche**

Em 1978, um senhor chamado Raimundo (Mudico), da sociedade São Vicente de Paula, fundou uma creche dentro da sociedade. Em 1995, eu era vice- presidente da associação do bairro Minas Gerais e tinha um amigo que atuava na gerência de assistência social da regional. Um dia ele me ligou e avisou que a prefeitura iria fechar a creche comunitária do nosso bairro, que haveria uma reunião e que era melhor eu ir até lá. Eu perguntei: que creche? Meu bairro não tem creche!. E listei o nome das escolinhas e de seus respectivos proprietários. Por fim citei a escola Pequeno Príncipe. Então ele me revelou que a escola era uma creche comunitária conveniada com a prefeitura. Ninguém no bairro sabia disso. Entrei em contato com o presidente e com a secretária da associação de bairro e fomos verificar aquela informação. Nós chegamos à reunião e havia gente do conselho tutelar, a juíza da vara da infância, um monte de pais, a presidente da creche. Uma confusão de gente!

A presidente da creche havia sido denunciada pelos próprios funcionários. Para que a creche não fosse fechada, propomos a criação de uma comissão para administrá-la. Criamos a comissão, mas muitas pessoas assumiram achando que teriam salário, o que não acontace, já que o trabalho é filantrópico. E logo desistiram, ou apenas cumpriram o mandato sem muita participação.Precisávamos acertar um montante de documentos com a prefeitura. A conta no banco estava fechada até que registrássemos a nova diretoria, e tudo era muito burocrático. Mas havia a contribuição de pais que auxiliava enquanto resolvíamos a papelada com a prefeitura. Só não era possível pagar os salários.

A creche funcionava no primeiro andar da casa da ex-presidente e precisávamos estar lá a todo o momento, mas nem sempre a gente conseguia acesso. Tudo estava muito desestruturado, sujo e velho. Conversei com a comissão para alugarmos uma casa e tirar a creche do local, de modo que tivéssemos mais liberdade para trabalhar. Mas como iríamos alugar outro local? Quem é que iria avalizar? Diante disso, por meio de uma advogada do bairro, que estava confiante no contrato que

tínhamos de repasse de verba da prefeitura, conseguimos alugar uma casa na Rua Leopoldo Pereira.
Assim, nos mudamos. Lembro que havia um quarto cheio de merenda, com pacote de arroz com bicho. O pessoal da Secretaria Municipal de Abastecimento vinha e recolhia tudo e eu brigava com todo mundo. Eu nunca havia entrado em uma creche nem mesmo para visitar. Apesar de tudo, deu certo. Registramos a nova diretoria, mas eu acabei ficando sozinha, porque as pessoas não queriam assumir sem salário. Nas outras eleições, alguns membros já assumiram e ajudaram.
Fiquei na presidência dessa creche durante 12 anos. Um dia o Padre Paulinho, pároco da Igreja Santa Maria Margarida Alacoque na época, convocou uma assembleia e pediu para eu não ir, que enviasse uma coordenadora. Eu já era membro do Partido dos Trabalhadores (PT) e isso fazia com que minha presença fosse entendida muito mais como política do que por interesse comunitário. Em 1996, quando já tinha um ano que eu estava na creche, me candidatei à vereadora e fui a mais votada na região noroeste, pelo PT. Aqui eu tive mais de novecentos votos e mais de quatrocentos votos de pessoas daqui que votaram em outros lugares.
Na assembleia convocada pelo padre foi discutida a doação em comodato de um terreno da paróquia para a creche. Naquela época a creche passou a fazer parte da Secretaria de Educação e não mais da Secretaria de Assistência Social. Essa mudança exigia algumas adequações na estrutura e na formação dos funcionários da creche.
Com a doação, nós começamos a montar um telemarketing com o objetivo de arrecadar recursos para construir um prédio no terreno doado. No local havia apenas três cômodos e um banheiro, antes utilizados pelo grupo de escoteiros. Nós aproveitamos esses três cômodos e conseguimos construir um prédio de 500m² com recursos doados e a ajuda de muitas pessoas.
Eu fiquei de 1995 a 1997, cumprindo o mandato da presidente anterior. A comissão foi reeleita, eu fiquei ainda mais dois mandatos, cada um de três anos. Em 2005 eu iniciei a graduação em pedagogia por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni). Minha vida ficou ainda mais complicada. Tinha que cuidar de esposo, filhos, casa, pais idosos, trabalhar na creche e estudar. Em meio a tudo isso, em 2006 minha irmã sofreu um acidente. O cunhado dela havia falecido, e ela e alguns parentes se acidentaram a caminho do enterro. Eu fiquei praticamente internada no hospital cuidando deles. Com isso, eu só conseguia tratar dos assuntos referentes à creche por telefone. Mas eu contava com ótimas coordenadoras, que davam conta de tudo.
Como a prefeitura muda muito suas normas, um dia ela resolveu que não poderíamos ter mais que uma coordenadora. Estávamos com uma coordenadora pedagógica e uma administrativa, e eu tive que escolher uma para colocar na sala como professora. A mudança gerou certo desconforto.
Todo início de ano fazíamos uma reunião com os pais dos alunos, cada período em um dia diferente. Na primeira reunião eu propus que deixassem os brinquedos que vinham no kit dos alunos, na escola, porque estava tudo muito antigo e velho. Mas alguns pais negaram o que normalmente não acontecia. Em outra reunião alguns pais me atacaram e uma advogada chegou a apontar o dedo em meu nariz, dizendo que estava na hora de ter eleição. Eu a informei que a eleição seria no mês seguinte, ela retrucou dizendo que seria o dia 16 de fevereiro o término do meu mandato e não março como eu falei. Questionei sobre como ela sabia daquela informação. Ela disse que tinha acesso ao Estatuto. Isso me deixou alerta.
Naquela época eu havia contratado o Daniel, esposo da nossa cozinheira, para pintar a quadra da escola. E como ele era conhecido, as coordenadoras o pediam para ajuda-las em algumas atividades. Às 7h, quando chegamos à escola, elas o pediram para ir à padaria comprar pão de queijo. Mas eu disse para ele que não fosse, porque teria que começar a pintar a quadra para a volta dos alunos. Quando ele falou para uma das coordenadoras que eu não o havia deixado ir à padaria, ela me afrontou dizendo: "quero ver se você vai estar aqui a partir do mês que vem!".
Eu disse: "O que é? Mês que vem não, a partir de agora." Juntei tudo que eu tinha direito e fui embora. Quando eu deixei a creche, faltavam apenas 16 dias para vencer o meu mandato, conforme tinha me informado a advogada na reunião, eu pensava que ia ser 16 de março. Levei toda a documentação para minha casa e organizei: férias, pagamento, o que devia e o que não devia. Chamei o padre, que fazia parte do conselho administrativo, os membros do CPP da igreja e coloquei tudo nas mãos deles.
Na sexta-feira, dia 16, o alarme da creche soou à meia noite. Como o alarme estava em meu nome eu liguei para a coordenadora Pedagógica e disse que aquele era o último vínculo que eu tinha com

a creche. Informei que o alarme havia soado e que era preciso que ela fosse até a creche. Após esse episódio, eu cancelei todos os serviços relacionados à creche que estavam em meu nome. Depois de um ano a creche fechou.
Na época em que eu ainda estava na creche cheguei a discutir com a prefeitura de que lá deveria ser uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI). Com a posse da Dilma, na presidência, o projeto de mudança da creche para UMEI foi incluído no PAC e a comunidade também fez essa discussão no Orçamento participativo, mas não vencemos, mas essa já estava garantida pelo PAC. A prefeitura comprou o terreno, foi feita a licitação da UMEI, mas em 2011 as chuvas ocasionaram o deslizamento do barranco do terreno. Aguardamos o aditivo para fazer essa obra, mas com as eleições municipais...

Causo
Foi o Beato Padre Eustáquio quem guardou dinheiro numa poupança que era para construir um hospital no bairro. Toda a fundação do hospital estava pronta. A Assomar, Ação Social Santa Margarida Maria, a quem pertencia o terreno, resgatou esse desejo do padre e foi construído um prédio com o dinheiro. Após a construção houve uma confusão para definir quem iria administrar, se seria o Estado ou a Prefeitura. Isso aconteceu bem na época em que a prefeitura estava municipalizando a saúde, e, por este motivo, a prefeitura conquistou a administração.
Na noite anterior à inauguração do centro de saúde nós passamos a noite pintando faixas para o evento. O centro de saúde tinha fossa, porque não havia rede esgoto. Não existia rua. Era um córrego a céu aberto. Assim, na cerimônia de inauguração o povo que morava na rua do centro de saúde combinou para dar descarga na hora em que o prefeito estivesse chegando de modo que caiu aquele monte de "trem" no meio da rua. Na hora do discurso o Prefeito disse que iria ligar a rede esgoto do centro de saúde na Avenida Pedro II. Minha vizinha, Dona Noemia, mulher guerreira e participativa, que hoje mora em um asilo, falou para o prefeito: "Oi, Doutor, como é que o senhor vai fazer isso? Eu nunca vi bosta subir".

Depoimento cedido em 01/10/2012